

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/7/2023

Às 16h9min, comparecem à reunião a deputada Alê Portela e os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.438/2021, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 194 (relator: deputado Rodrigo Lopes) e 195/2023 (relatora: deputada Alê Portela) na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.922/2023 e 2.011 a 2013/2013 (estes com a Emenda nº1). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.989/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da mineração na Serra de Igarapé no fornecimento de água aos municípios da região e nas condições de vida de seus habitantes;

nº 2.994/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inclusão de dois dispositivos de retorno no Km 630 e no Km 627 da Rodovia BR-135;

nº 2.999/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral adjunto do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações sobre a destinação dos valores arrecadados no âmbito dos acordos de não persecução civil no Município de Divinópolis, esclarecendo qual o valor arrecadado no ano de 2022 e também no primeiro semestre de 2023, a título de multas aplicadas no âmbito desses acordos; qual a destinação dos valores arrecadados; se existe uma prestação de contas pelos órgãos

ou entidades que recebem os valores arrecadados; e qual o critério utilizado para escolher os órgãos ou instituições que irão recebê-los;

nº 3.003/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre as fiscalizações realizadas no aterro sanitário do Município de Divinópolis no ano de 2023, consubstanciadas no relatório das visitas realizadas para fins de fiscalização; nos autos de infração lavrados, contemplando o número, data e identificação da infração; no número dos processos administrativos instaurados para apuração das infrações; na relação de sanções já aplicadas, com a informação de cumprimento ou não da obrigação fixada; e no número de eventuais processos judiciais em curso ou arquivados em desfavor dessa municipalidade, em razão de irregularidades no referido aterro; e sobre as ações que estão sendo tomadas para o cumprimento das determinações realizadas nos respectivos processos;

nº 3.028/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o reajuste dos tetos financeiros dos hospitais, divulgado pelo governo federal, em face da importância de tal medida para o desenvolvimento urbano e regional;

nº 3.035/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o pedágio instalado no Município de Barbacena, na BR-040, próximo ao Distrito de Correia de Almeida, bem como a necessidade de instalação de infraestrutura, como instalação de trevo e manutenção de estrada;

nº 3.089/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos Centros de Alta Complexidade Renal por estarem com grande defasagem histórica da tabela de seus procedimentos, realizados pela terapia renal substitutiva;

nº 3.098/2023, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a retomada das obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, situada no Distrito de Piedade do Paraopeba, no Município de Brumadinho;

nº 3.099/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a destinação de uso para moradia do Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, assim como a regularização fundiária de áreas vinculadas à Secretaria de Patrimônio da União em Minas Gerais, tendo em vista os pressupostos de desenvolvimento urbano;

nº 3.110/2023, da deputada Macaé Evaristo e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação do transporte público metropolitano de Belo Horizonte;

nº 3.111/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte o relatório da visita da comissão ao Centro de Referência em Saúde Mental Infante-Juvenil (antigo Centro Psíquico da Infância e Adolescência – Cepai –, da Fhemig), em Belo Horizonte.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Centro de Referência em Saúde Mental da Infância e Adolescência (antigo Cepai), aos prédios abandonados situados no mesmo quarteirão que esse centro e ao Centro de Referência em Saúde Mental – Álcool e Drogas, no Município de Belo Horizonte, para verificar as dependências desses equipamentos públicos e o andamento da municipalização dos serviços de saúde mental no município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2023.

Leleco Pimentel, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 14h3min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância do lançamento da 7ª edição da Marcha das Margaridas, que na edição 2023 tem como tema central a reconstrução do Brasil e o bem viver. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.196/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade imediata da implantação da Casa da Mulher Brasileira no Vale do Jequitinhonha, para atendimento de mulheres em situação de violência na região;

nº 3.197/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade imediata de instalação de equipamentos da política pública para as mulheres em situação de violência no Vale do Jequitinhonha.

Em seguida, a presidenta avoca a relatoria da visita à comunidade do Chacreamento Fateiro, localizada no Distrito de Ravena, no Município de Sabará, realizada em 19/5/2023, e na sequência é aprovado o relatório.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença da deputada Leninha. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Celina Alves Padilha Arêas, secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva, presidente da Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas; Lucimar de Lourdes Gonçalves Martins, secretária de Mulheres da CUT Minas; Ana Cristina de Lima Pimentel, deputada federal; Maria José Morais da Costa, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag; Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, coordenadora estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e Dandara Tonantzin Silva Castro, deputada federal. Registra-se a presença das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo e do deputado Doutor Jean Freire. A presidência concede a palavra à deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 14h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Gustavo Santana (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. As matérias constantes 2ª Fase da Ordem do Dia deixam de ser apreciadas por já terem sido apreciadas na reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.198/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CAODH – do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que, no escopo de sua competência enquanto instituição responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade, sejam tomadas todas as medidas cabíveis a fim de se apurarem denúncias recebidas pela comissão relativas a supostos abuso de poder e assédio moral praticados no setor de psicologia do Hospital da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 3.199/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CaoDH –, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, pedido de providências para que, no escopo de suas competências como órgão responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade, tome as medidas cabíveis com vistas a apurar denúncias sobre supostos abuso de poder e de autoridade e assédio moral no âmbito da Polícia Civil de Minas Geras – PCMG –, relativos aos seguintes afastamentos preliminares para aposentadoria por invalidez nos anos de 2021 e 2023, em razão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID –, apresentadas pela junta de médicos-legistas da PCMG: escritã Juliana Luísa de Miranda Dutra; investigador Igor Flávio de Abreu Gonçalves; perita criminal Tatiane Leal Albergaria de Oliveira; delegada Larissa Bello Fernandes Marçal da Cunha; escrivão Douglas Roberto da Silva; escritã Deborah Turane Pertence; escritã Erika Brugiolo Gonçalves; e investigadora Lidineia Aguillar Brandão; e seja encaminhado ao CaoDH o *link* para o inteiro teor da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 7/7/2023;

nº 3.200/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para recomposição do efetivo da instituição de modo a suprir, com os recursos humanos necessários, todos os municípios nos quais as respectivas companhias, pelotões ou postos avançados têm operado em escalas de apenas quatro bombeiros militares por turno, haja vista a previsão de 12 bombeiros militares em cada plantão;

nº 3.201/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na relação de todos os municípios nos quais as respectivas companhias, pelotões ou postos avançados têm operado em escalas de apenas quatro bombeiros militares por turno;

nº 3.202/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, em face das graves denúncias apresentadas pela investigadora de Polícia Civil Jaqueline Evangelista Rodrigues na 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 7/7/2023, com convocação da chefe da Polícia Civil e da secretária de Estado de Planejamento e Gestão, com a finalidade de debater o gravíssimo caso de autoextermínio da escritã da Polícia Civil Rafaela Drumond, que, segundo relatos, estava sofrendo assédio moral e sexual, bem como a saúde mental dos policiais civis que se sentem vulneráveis diante de perseguições que ocorrem na instituição, devido à falta de efetivo, à sobrecarga de trabalho e à falta de equipamentos para a devida prestação da política pública, sejam adotadas as medidas protetivas necessárias e cabíveis para assegurar a integridade física, moral e psíquica de Jaqueline Evangelista Rodrigues; seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da referida reunião, em que poderão ser acessadas essas denúncias; e seja informado que tanto o corregedor da Polícia Civil quanto a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, citados pela investigadora Jaqueline Evangelista Rodrigues, estavam presentes nessa audiência;

nº 3.203/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário do Ministério

Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que, em face das graves denúncias apresentadas pela investigadora de Polícia Civil Jaqueline Evangelista Rodrigues na 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 7/7/2023, que teve a finalidade de debater o gravíssimo caso de autoextermínio da escrivã da Polícia Civil Rafaela Drumond, que, segundo relatos, estava sofrendo assédio moral e sexual, bem como a saúde mental dos policiais civis que se sentem vulneráveis diante de perseguições que ocorrem na instituição, devido à falta de efetivo, à sobrecarga de trabalho e à falta de equipamentos para a devida prestação da política pública, com convocação da chefe da Polícia Civil e da secretária de Estado de Planejamento e Gestão, sejam adotadas todas as medidas cabíveis, no escopo das competências do MPMG enquanto instituição responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade, para apurar tais denúncias e outras surgidas ao longo dessa audiência pública, relativas a abuso de poder e de autoridade e a assédio moral e sexual; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da referida reunião.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Chiara Biondini.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/8/2023, às 14 horas, em Betim, com a finalidade de, em audiência pública, debater as possíveis violações de direitos humanos e o direito de acesso aos serviços de saúde aos moradores da Colônia Santa Isabel, na região do Citrolândia, no Município de Betim, e a receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de julho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.164/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para realize, de forma contínua, campanhas de combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes, notadamente por meio da incorporação dessa temática em conteúdos ministrados nas escolas das redes pública e privada de Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.165/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências com vistas à execução orçamentária do valor de R\$400.000,00 aprovado como emenda da Comissão de Participação Popular para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – destinada à realização de ações educativas para crianças e adolescentes sobre a violência sexual e o trabalho infantil nas regiões do Estado com maior índice de violência sexual, ressaltando-se que essa emenda originou-se da Proposta de Ação Legislativa nº 197/2022, aprovada no processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, para o exercício 2023, e foi encaminhada à Segov por meio do Requerimento nº 12.172/2022.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.168/2023*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para manter em sua página eletrônica oficial os dados utilizados pela Secretaria para fazer a vigilância da situação de violência sexual contra criança e adolescente no Estado, conforme resposta dada ao Requerimento nº 11.466/2022, por meio do Ofício nº 1.449/2022.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 6/7/2023.

REQUERIMENTO Nº 2.169/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para averiguar a situação relatada em audiência pública da comissão, da situação precária da comunidade rural de Fateiro, situada no distrito de Ravena, no Município de Sabará, em que se encontra paralisada a obra de construção de uma creche, iniciada há mais de 10 anos, além da falta de saneamento básico e energia elétrica, falta de pavimentação das vias públicas e a existência de um lixão na entrada da comunicada, o que coloca em risco crianças, adolescentes e suas famílias, o que revelaria a omissão do Poder Público, bem como sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.170/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a formalização de parceria com a Polícia Rodoviária Federal para utilização dos dados da pesquisa “Mapear”, realizada por essa instituição, nas ações de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente, reiterando o Requerimento nº 11.455/2022.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.173/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Social – Sedese – pedido de providências para que apoie a reativação do Comitê de Participação da Criança e do Adolescente – CPA – junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais e para que amplie a destinação de recursos para ações de fomento ao protagonismo infantojuvenil.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.176/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a ampliação em 300% dos recursos orçamentários destinados ao Orçamento Criança e Adolescente – Oca.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.177/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para orientar as comarcas do Estado a analisar e coibir exigências abusivas determinadas em leis municipais para que a cidadã e o cidadão se candidatem a membros do conselho tutelar municipal, o que pode resultar em exclusão de candidatos aptos à função.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.183/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento das deputadas Lohanna e Ana Paula Siqueira e do deputado Ricardo Campos aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao ministro do Trabalho e Emprego pedido de informações sobre o desenvolvimento de políticas públicas visando a inserção e reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a gestação, particularmente das mães de pessoas com deficiência, e sobre a concessão de auxílios e benefícios que viabilizem o cuidado com a criança durante o período de trabalho.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.281/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para realização de campanha de combate e erradicação do trabalho infantil em todo o município, em especial no transporte coletivo de passageiros e nas vias públicas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/6/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Fectipa –, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento do Trabalho infantil, a necessidade de atualização do Plano Estadual de Enfrentamento do Trabalho Infantil e de novos diagnósticos, tendo em vista o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.284/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para que sejam envidados esforços com vistas à revogação da Lei Federal nº 14.457, de 2022, que instituiu o Programa Emprega Mais Mulheres e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que tal lei fere os princípios constitucionais, impulsiona o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e aumenta a possibilidade de ampliação do trabalho escravo infantil, além de diminuir as oportunidades dos jovens aprendizes no mercado de trabalho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/6/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Fectipa –, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento do Trabalho infantil, a necessidade de atualização do Plano Estadual de Enfrentamento do Trabalho Infantil e de novos diagnósticos, tendo em vista o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.285/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos e da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja realizada campanha de combate e erradicação do trabalho infantil no transporte coletivo de passageiros intermunicipais e nas rodovias mineiras.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/6/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Fectipa –, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento do Trabalho infantil, a necessidade de atualização do Plano Estadual de Enfrentamento do Trabalho Infantil e de novos diagnósticos, tendo em vista o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.289/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos e da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja atualizado o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador de Minas Gerais, dado o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas, conforme apresentado na 5ª Reunião Extraordinária, em 12/6/2023.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/6/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Fectipa –, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento do Trabalho infantil, a necessidade de atualização do Plano Estadual de Enfrentamento do Trabalho Infantil e de novos diagnósticos, tendo em vista o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.322/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Maria Clara Marra aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 13/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de providências com

vistas à realização de mutirão para entrega de escrituras aos mutuários contemplados com a casa própria, sob financiamento da Cohab, o qual já foi integralmente pago, porém ainda não regularizado, no Município de Campina Verde e no Distrito de Horonópolis.

Sala das Reuniões, 14 de junho de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

Justificação: Há necessidade de regularizar a situação dos mutuários da Cohab, cujos contratos de financiamento já foram pagos, porém ainda pendentes de escritura, para trazer segurança para as famílias e regularização da propriedade.

REQUERIMENTO Nº 2.660/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que seja retomado o projeto Campo e Banco de Sementes Crioulas, na Fazenda Cantinho, da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, no Município de Juvenília, em função de sua importância para os produtores rurais familiares do município e do Estado.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, Presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.661/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para incentivar a produção agropecuária e agroecológica nas propriedades rurais da Fundação Caio Martins – Fucam –, no Município de Juvenília, tendo em vista o potencial produtivo dessas propriedades e sua capacidade de contribuir para a economia local.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.663/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada reforma da cantina da Escola Estadual Luiz Viana, em Divinópolis, e também troca do piso do refeitório da referida instituição de ensino.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A valorização da infraestrutura escolar é de extrema importância, pois desempenha um papel significativo na qualidade da educação oferecida, tais como: a) Ambiente propício à aprendizagem: Uma infraestrutura escolar bem cuidada e adequada proporciona um ambiente de aprendizagem positivo. Salas de aula limpas, bem iluminadas e espaçosas, com mobiliário

adequado, contribuem para o conforto dos alunos e facilitam a concentração. Um ambiente agradável pode estimular o interesse dos alunos, promover a participação ativa e criar uma atmosfera propícia ao aprendizado; b) Segurança dos alunos: Uma infraestrutura escolar bem conservada garante a segurança dos alunos. Isso inclui a manutenção de sistemas elétricos, hidráulicos e de segurança contra incêndios, bem como a garantia de que as instalações estejam em conformidade com as normas de segurança. Uma infraestrutura segura minimiza os riscos de acidentes e contribui para a tranquilidade dos alunos, pais e professores; c) Inclusão e acessibilidade: Uma infraestrutura escolar valorizada deve promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas necessidades. Isso significa garantir a acessibilidade para alunos com deficiência, oferecendo rampas, elevadores, banheiros adaptados e outras instalações adequadas. Ao criar um ambiente inclusivo, a escola demonstra seu compromisso com a equidade educacional e respeito à diversidade; d) Uso eficiente de recursos: Investir na valorização da infraestrutura escolar pode levar a um uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Além disso, a manutenção adequada de equipamentos e instalações evita gastos desnecessários com reparos e substituições; e) Imagem e reputação da escola: A infraestrutura escolar é um reflexo da qualidade e do compromisso da instituição com a educação. Uma escola bem cuidada, com instalações modernas e funcionais, tende a transmitir uma imagem positiva para a comunidade, alunos, pais e potenciais parceiros. Isso pode influenciar na reputação da escola e na atração de alunos e professores qualificados. A valorização da infraestrutura escolar é um investimento a longo prazo na qualidade da educação. Ao proporcionar um ambiente adequado e seguro, a escola demonstra seu compromisso com o bem-estar e o sucesso dos alunos, além de promover uma cultura de respeito e valorização do espaço educacional, razão pela qual, especialmente à Escola Estadual Luiz Viana, em Divinópolis, é que contamos com o apoio e aprovação deste Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.668/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Grego da Fundação aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam disponibilizados aparelhos de climatização em todas as escolas da rede estadual de ensino com o objetivo de oferecer conforto térmico aos estudantes dentro das salas de aula.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 21/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.669/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Grego da Fundação aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam feitos mais investimentos nos programas Patrulha Escolar e Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 21/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.673/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Minas e Energia, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Bosco, Eduardo Azevedo e Enes Cândido aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de providências para que dê celeridade à implantação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados José Alencar, no Município de Uberaba.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 5/7/2023, que teve por finalidade debater, com a presença do presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – os projetos da empresa no Estado e o planejamento para os próximos anos.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Gil Pereira, presidente da Comissão de Minas e Energia (PSD).

REQUERIMENTO Nº 2.674/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para convocar os 8 candidatos excedentes no concurso CFO BM 2023, uma vez que, além da notória necessidade de efetivo, um dos objetivos da corporação, de acordo com o plano de comando atual, é criar mais 42 frações até o ano de 2026 e, diferente dos editais anteriores, que previam 30 vagas, o edital do concurso em questão trouxe apenas 21 vagas, número incompatível com um concurso que exige uma logística extremamente complexa e um alto custo para ser realizado, tanto por parte dos candidatos como pelo Estado.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 2.675/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para ampliar o número de vagas inicialmente previstas para o processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais – CHO 2023 – Edital DRH/CRS nº 8/2022, bem como o aproveitamento dos candidatos aprovados na primeira fase do certame, salientando-se que a ausência de previsão de concurso, somada ao risco iminente da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, impõe a medida ora solicitada.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 2.678/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para que seja definido e divulgado o calendário escolar completo do Curso de Formação Técnico-Profissional previsto no âmbito do concurso público para provimento do cargo da carreira de agente de segurança penitenciário/policial penal, regido pelo Edital Sejusp nº 2, de 17 agosto de 2021, inclusive com a data de publicação e homologação do resultado final, bem como de nomeação e posse dos candidatos aprovados dos Grupamentos 1 e 2.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Salienta-se que citada medida, além de respeitar os futuros servidores públicos, trazendo-lhes alguma previsibilidade, vai ao encontro da inquestionável necessidade de efetivo.

REQUERIMENTO Nº 2.681/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre as fiscalizações realizadas no aterro sanitário do Município de Divinópolis no ano de 2023, consubstanciadas no relatório das visitas realizadas para fins de fiscalização; nos autos de infração lavrados, contemplando o número, data e identificação da infração; no número dos processos administrativos instaurados para apuração das infrações; na relação de sanções já aplicadas, com a informação de cumprimento ou não da obrigação fixada; e no número de eventuais processos judiciais em curso ou arquivados em desfavor dessa municipalidade, em razão de irregularidades no referido aterro; e sobre as ações que estão sendo tomadas para o cumprimento das determinações realizadas nos respectivos processos.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

Justificação: A solicitação se justifica tendo em vista a situação precária do aterro sanitário “controlado” do município, que não oferece condições para o licenciamento nos órgãos estaduais de controle, além do fato de sobre ele pender sentença judicial já definitiva proferida em ação movida pelo Ministério Público Estadual, que vem cobrando da administração uma solução urgente para este problema. Além disto, em prestação de contas na Câmara Municipal de Divinópolis no final do ano de 2022 foi afirmado por representantes da Secretaria de Meio Ambiente que não tinha sido realizada nenhuma fiscalização no aterro sanitário no ano de 2022. Assim, visando dar voz às demandas da população e considerando a necessidade de que sejam reduzidos os danos que o lixo causa na natureza, é que se faz o presente ofício, na certeza de que o Executivo Municipal, por meio da Secretaria competente, prestará as informações devidas e tomará as providências cabíveis.

REQUERIMENTO Nº 2.684/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de

Estado de Saúde – SES – pedido de providências para incentivar novos prestadores de serviços para transplantes em geral e principalmente renal e de córnea.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.685/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG – pedido de providências para a formulação, pelo conselho, de proposta de incentivo visando a manutenção das hemodiálises atendidas pelo SUS com incentivo de 30% do valor da tabela, a pedido da Comissão de Saúde desta Casa.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.686/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG – pedido de providências com vistas a que seja verificada a possibilidade de, em proposição feita pelo conselho, incluir no Valora Minas incentivo de 100% para cirurgia oncológicas em estabelecimentos hospitalares do Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Cacon – e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Unacon –, a pedido da Comissão de Saúde desta Casa.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.687/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG – pedido de providências para a formulação de proposta de incentivo no valor de 50% da tabela de radioterapia do SUS em Minas Gerais, visto que essa tabela se encontra congelada desde 2010.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.688/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho de

Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG – pedido de providências para que seja solicitada a inclusão de cirurgias oftalmológicas no Valora Minas em projeto do conselho direcionado à Secretaria de Estado de Saúde, a pedido da Comissão de Saúde desta Casa.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.689/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG – pedido de providências para incentivar novos prestadores de serviços para transplantes em geral e principalmente renal e de córnea.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.690/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Lud Falcão aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para prevenção e controle da febre maculosa devido aos casos relatados no Estado e a seu alto índice de mortalidade.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.691/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para regulamentar a Lei Complementar nº 171/2023, para que os municípios possam utilizar os recursos mencionados na referida lei.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.692/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a recomposição da tabela do SUS referente ao procedimento de radioterapia, considerando que

há 12 anos a tabela não tem reajuste, e às cirurgias oncológicas, que desde 2012 não têm recomposição de acordo com a inflação de insumos.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante).

REQUERIMENTO Nº 2.694/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas à alteração no texto da Reforma Tributária, especialmente para incluir o setor do turismo no inciso VIII do art. 8º, que contempla as atividades artísticas e culturais nas atividades com alíquota de impostos reduzida.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

Justificação: Assim como ocorre com a Cultura, o TURISMO precisa ser incluído na lista de atividades com alíquota reduzida, afinal, a proposta de aumentar de 8% para 25% afasta o Brasil de ser um destino competitivo sem a possibilidade de comparar seu número de visitantes com o de outros países. O TURISMO é um dos setores que mais sofreram com as restrições da pandemia do Covid e que, mesmo com o fim dela há um tempo, ainda está em processo de normalidade e recuperação pela cratera que foi criada. Assim mesmo, o TURISMO criou no país quase 40mil empregos, somente entre janeiro e maio deste ano. No acumulado do ano, o Brasil já conta com 865.300 postos de trabalho com carteira assinada, alcançando no mês de maio, quase 44 milhões de empregos formais no país. O setor é responsável por um em cada dez empregos gerados no país, com perspectiva de crescimento robusto em curto e longo prazo. Estamos vendo que o turismo ficou de fora e será enormemente prejudicado. Os destinos internacionais que mais atraem visitantes no mundo contam com políticas públicas para o setor com isenção ou alíquotas reduzida. Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.699/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Leninha aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências com vistas ao envio de projeto sobre revisão de metas a serem cumpridas para recebimento de valor de ajuda de custo para os servidores do Arquivo Público Estadual, uma vez que estão, em sua maioria, fora de suas funções, com vencimentos desatualizados, pouca estrutura e realizando eventos culturais junto ao público; e seja o referido projeto elaborado com a participação dos servidores e das servidoras do Arquivo Público Estadual.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 2.700/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Leninha aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja

encaminhado ao Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para envio de projeto de lei relativo à revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e dos subsídios e proventos dos membros da Secretaria de Estado e Cultura e Turismo de Minas Gerais, especialmente quanto as carreiras de auxiliar, técnico e gestor de cultura, referente aos períodos pertinentes; e seja enviada proposta de revisão de enquadramento funcional e equiparação de carreiras, com outras equivalentes no Poder Executivo, dos servidores auxiliares, técnicos e gestores da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, bem como solicitação de revisão do texto da Resolução Seplag nº 35/2023 em favor do saneamento de erros e equívocos legais e procedimentais verificados.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 2.702/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 28/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos, em 26/5/2023, ao Presídio de Uberlândia I (atual denominação da Colônia Penal Professor Jacy de Assis) e à Penitenciária de Uberlândia I – Professor João Pimenta da Veiga, com a finalidade de verificar as condições carcerárias e apurar possíveis violações de direitos humanos nessas unidades prisionais; e em razão do teor desse documento, seja o envio acompanhado de pedido de providências para que sejam tomadas medidas cabíveis especialmente no tocante à garantia da dignidade dos indivíduos privados de liberdade e ao controle externo da atividade policial nas duas unidades prisionais visitadas.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.716/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG –, seção Minas Gerais, ao Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que os municípios sejam apoiados e capacitados para a realização dos procedimentos necessários para o recebimento dos recursos da Lei Paulo Gustavo, bem como para que possam cumprir os critérios para a plena execução dessa lei.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 26/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 2.719/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Governador Valadares pedido de providências para que realize o cadastramento do plano de ação municipal na plataforma TransfereGov para recebimento dos recursos da Lei Paulo Gustavo, pois se trata de procedimento simples e imprescindível para acessar os mais de dois milhões e duzentos mil reais previstos para a cidade.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 26/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV).

REQUERIMENTO Nº 2.722/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Cambuí pedido de informações sobre a política municipal e as ações de fortalecimento ao conselho municipal dos direitos da mulher, em que se especifiquem as propostas com relação às políticas públicas para mulheres para os próximos dois anos, as ações de proteção à maternidade e à infância, as ações de prevenção e tratamento de câncer de mama e do colo de útero, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, sífilis entre outras, a execução da profilaxia prevista na Lei do Minuto Seguinte – Lei nº 12.845, de 2013 –, em casos de violência sexual, nos postos de saúde e hospital, a forma de implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher Programas – Paism –, criado em 1984 pelo governo federal, e do Programa Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher – Pnaism; a promoção de informações sobre os direitos básicos das mulheres e meninas, materiais para estudos e eventos, assim como dados estatísticos sobre os casos de violências, atendimentos etc.; o quadro de profissionais especializados, capacitados para atendimentos aos direitos das mulheres; as ações de enfrentamento e atenção aos vários tipos de violência de gênero; a atuação das redes de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas e de acolhimento a mulheres e meninas em situação de violência, convênio com casas-abrigo da região e articulação com o sistema de garantia de direitos; a previsão da regulamentação da Lei nº 2.885, de 2021, que dispõe sobre a implantação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 – Lei Maria da Penha; a implementação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, conforme disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.340, de 2006; a promoção de informações sobre o andamento do projeto Kits de Higiene para Mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, os impasses para a criação do Fundo Municipal de Direitos da Mulher e a disponibilização de equipamento público para as reuniões e estrutura do conselho.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: No dia 9 de maio de 2023, realizamos reunião com representantes do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Cambuí-MG e nos foi apresentada a demanda de criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para que seja efetivada a Política Pública Municipal dos Direitos da Mulher de Cambuí/MG, além da necessidade de cessão de equipamento para as reuniões do conselho possibilitando a ampliação da participação social. Abordaram ainda, que as solicitações de informação sobre projetos de lei, programas, ações e planos referentes aos direitos básicos das mulheres e meninas de Cambuí, especialmente nas áreas

de saúde, educação, assistência social, geração de emprego e renda e violência de gênero não são respondidas. Considerando que o Fundo Municipal é um instrumento público para a efetivação das políticas públicas em prol da mulher e junto ao Conselho Municipal e a Coordenadoria de Direitos da Mulher, é essencial para a execução das políticas públicas para defesa e promoção dos seus direitos, requer esclarecimentos sobre a política municipal e as ações de fortalecimento ao conselho municipal dos direitos da mulher da cidade.

REQUERIMENTO Nº 2.723/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Assistência Social de Cambuí pedido de informações sobre a política municipal e as ações de fortalecimento ao conselho municipal dos direitos da mulher, em que se especifiquem as propostas com relação às políticas públicas para mulheres para os próximos dois anos, as ações de proteção à maternidade e à infância, as ações de prevenção e tratamento de câncer de mama e do colo de útero, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, sífilis entre outras, a execução da profilaxia prevista na Lei do Minuto Seguinte – Lei nº 12.845, de 2013 –, em casos de violência sexual, nos postos de saúde e hospital, a forma de implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher Programas – Paism –, criado em 1984 pelo governo federal, e do Programa Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher – Pnaism; a promoção de informações sobre os direitos básicos das mulheres e meninas, materiais para estudos e eventos, assim como dados estatísticos sobre os casos de violências, atendimentos etc.; o quadro de profissionais especializados, capacitados para atendimentos aos direitos das mulheres; as ações de enfrentamento e atenção aos vários tipos de violência de gênero; a atuação das redes de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas e de acolhimento a mulheres e meninas em situação de violência, convênio com casas-abrigo da região e articulação com o sistema de garantia de direitos; a previsão da regulamentação da Lei nº 2.885, de 2021, que dispõe sobre a implantação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 – Lei Maria da Penha; a implementação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, conforme disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.340, de 2006; a promoção de informações sobre o andamento do projeto Kits de Higiene para Mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, os impasses para a criação do Fundo Municipal de Direitos da Mulher e a disponibilização de equipamento público para as reuniões e estrutura do conselho.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: No dia 09 de maio de 2023, realizamos reunião com representantes do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Cambuí-MG e nos foi apresentada a demanda de criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para que seja efetivada a Política Pública Municipal dos Direitos da Mulher de Cambuí-MG, além da necessidade de cessão de equipamento para as reuniões do conselho possibilitando a ampliação da participação social. Abordaram ainda, que as solicitações de informação sobre projetos de lei, programas, ações e planos referentes aos direitos básicos das mulheres e meninas de Cambuí, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, geração de emprego e renda e violência de gênero não são respondidas. Considerando que o Fundo Municipal é um instrumento público para a efetivação das políticas públicas em prol da mulher e junto ao Conselho Municipal e a Coordenadoria de Direitos da Mulher, é essencial para a execução das políticas públicas para defesa e promoção dos seus direitos, requer esclarecimentos sobre a política municipal e as ações de fortalecimento ao conselho municipal dos direitos da mulher da cidade.

REQUERIMENTO Nº 2.724/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania pedido de informações consubstanciadas em lista de procedimentos e serviços disponíveis de acolhimento e acompanhamento às mães usuárias de drogas e aos seus bebês no pós-parto, especificando-se mês a mês, nos últimos quatro anos, o número de atendimentos realizados no Município de Belo Horizonte.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 25/5/2023, que teve por finalidade debater o panorama da adoção de crianças e de adolescentes em Minas Gerais por ocasião do Dia Nacional da Adoção, celebrado em 25 de maio.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 2.725/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a Delegacia Especializada de Mulheres do Município de Divinópolis possa ser contemplada com um escrivão ou escrivã e uma investigadora, preferencialmente, feminina, consoante recomendações.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: A presença de servidores mulheres nas delegacias especializadas de mulheres é de extrema importância para o bom funcionamento e efetividade dessas instituições. Dentre algumas das razões que destacam a importância dessas servidoras, tem-se: a) Empoderamento e acolhimento: Ter servidores mulheres nas delegacias de mulheres proporciona um ambiente mais acolhedor e seguro para as vítimas de violência de gênero. Muitas vezes, as mulheres se sentem mais à vontade para relatar seus casos e buscar ajuda quando são atendidas por profissionais do mesmo gênero, que podem compreender melhor suas experiências e oferecer apoio empático; b) Sensibilidade às questões de gênero: Servidoras mulheres podem ter uma compreensão mais aprofundada das questões de gênero e das dinâmicas de poder envolvidas na violência contra as mulheres. Isso possibilita uma abordagem mais sensível e uma análise mais precisa das situações relatadas, facilitando a identificação de formas específicas de violência e a adoção de medidas adequadas; c) Conhecimento das leis e políticas de proteção: As servidoras mulheres nas delegacias de mulheres geralmente estão mais familiarizadas com as leis e políticas de proteção às mulheres, pois são mais propensas a terem vivenciado ou estudado essas questões. Esse conhecimento especializado é fundamental para garantir que as vítimas recebam as orientações e os encaminhamentos corretos, além de possibilitar uma atuação eficaz na prevenção e combate à violência de gênero; d) Representatividade e confiança: Para muitas mulheres que são vítimas de violência de gênero, é crucial encontrar um ambiente onde possam se identificar e confiar nas pessoas que as atendem. A presença de servidores mulheres nas delegacias de mulheres contribui para a representatividade dessas instituições, promovendo a confiança e incentivando as vítimas a buscarem ajuda; e) Combate aos estereótipos de gênero: Ao ocuparem posições-chave nas delegacias de mulheres, as servidoras podem desafiar os estereótipos de gênero e promover a igualdade. Essa representação feminina em papéis de autoridade e poder ajuda a desconstruir ideias preconceituosas e contribui para a mudança cultural necessária para eliminar a violência contra as mulheres. Portanto, a presença de servidores mulheres nas delegacias de

mulheres desempenha um papel fundamental na promoção da justiça de gênero e no combate à violência contra as mulheres, proporcionando um ambiente mais acolhedor, sensível, informado e capacitado para atender às necessidades das vítimas. Além disso uma estrutura funcional adequada permite maior eficiência e celeridade no atendimento à população e qualidade aos trabalhos, evitando sobrecarga aos servidores atuantes. Por estas razões solicita-se as providências e aguarda acolhimento.

REQUERIMENTO Nº 2.737/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, combinado com o art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para restabelecimento das atividades do Conselho Estadual da Mulher.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão de Direitos Humanos, realizada em 22/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 2.743/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 6/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para implantação de um posto do Sistema Nacional de Emprego – Sine – na cidade de Santa Luzia.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

Justificação: Santa Luzia é um município com população de 221.705 habitantes, desprovida até o momento de um posto de atendimento do SINE. Populosa, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo da média do crescimento estadual, conta com 13,2% da população ocupada segundo indicam os dados do IBGE/2020. Quando se verifica a baixa percentagem de pessoas ocupadas, sobreleva a relevância desse pedido que tem por mira, mais que a implantação de um serviço público puro e simples, melhorar o acesso dos cidadãos às oportunidades de trabalho e emprego e assim a vida, a dignidade o ambiente bem como a economia municipal. A medida é benéfica para a população, para o município e ao Estado que poderá se valer pelo suporte que promoverá da ascensão dos indivíduos como política bem-sucedida de amparo, renda e bem-estar dos concidadãos.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais, com a Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais e com a 13ª Subseção da OAB de Uberlândia, pela realização da 18ª Conferência da Advocacia Mineira, de 14 a 16/6/2023, em Uberlândia (Requerimento nº 2.069/2023, do deputado Leonídio Bouças);

de congratulações com a Associação das Amigas da Santa Casa – Aamisc – pelos relevantes serviços prestados em favor da Santa Casa de Campo Belo, em trabalho voluntário constante, especialmente no cuidado diário que propicia aos pacientes em enfermaria, com a carinhosa oferta de lanches aos internados e a aquisição de utensílios, fraldas geriátricas, vestuário e equipamentos para melhor acolhimento dos pacientes dessa centenária instituição de saúde (Requerimento nº 2.070/2023, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a estilista mineira Cecília Prado pela doação de mil cobertores produzidos com retalhos que sobram da produção das peças de sua marca ao projeto social Calor Humano, promovido pelo Serviço Social Autônomo – Servas-MG –, e pela iniciativa de promover leilão de algumas de suas peças para arrecadar recursos para esse projeto de luta contra o frio (Requerimento nº 2.100/2023, do deputado Dr. Maurício);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha pelos seus 50 anos de existência (Requerimento nº 2.127/2023, da deputada Leninha);

de congratulações com a Basílica Santo Cura d'Ars pelos 25 anos do valoroso projeto Pão Nosso, que desempenha importante missão de enfrentamento da fome em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.277/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com o Movimento Mulheres de Timóteo pelo valoroso trabalho em defesa dos direitos das mulheres (Requerimento nº 2.278/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de aplauso ao Sr. José Ferreira da Silva Filho pelos relevantes serviços prestados à sociedade mineira por meio de sua atuação na Ordem DeMolay em Minas Gerais (Requerimento nº 2.295/2023, do deputado Duarte Bechir);

de pesar pelo falecimento de Elizabeth Silva Nascimento Mouton (Requerimento nº 2.435/2023, do deputado Leleco Pimentel);

de congratulações com o Cel. PM Sandro Heleno Gomes Ferreira, comandante da 15ª Região de Polícia Militar – RPM; Ten.-Cel. PM Marley Christino Navarro Júnior, comandante do 44º Batalhão de Polícia Militar – BPM; Ten.-Cel. PM Wellington da Silva Campos, chefe de Estado-Maior da 15ª RPM; Maj. PM José Hilário do Nascimento, comandante do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Teófilo Otoni; 1º-Ten. PM Diogo Santos Marques, comandante da 78ª Companhia Tático Móvel do 44º BPM; 2º-Ten. PM Diógenes Sangi Lomba Almeida, comandante do 2º Pelotão da 48ª Companhia do 44º BPM; 1º-Sgt. PM Vanderci Aparecido Teofilo Elias, agente da 15ª Regional de Proteção e Defesa Civil; 2º-Sgt. PM Paulo Henrique dos Anjos S. Souza, comandante do 5º Grupamento do 2º Pelotão da 48ª Companhia do 44º BPM, em Rubim; 2º-Sgt. PM Warley Pereira dos Santos, integrante do Tático Móvel Bravo, 78ª Companhia Tático Móvel – TM – do 44º BPM; Cb. PM Marcos Aurélio Ferreira Lima, Cb. PM Wosley Lopes Rodrigues, Cb. PM Eduardo Amaral dos Santos, Cb. PM Alexandro Ramos da Silva e Cb. PM Vitor Gondim da Ferreira, integrantes do Tático Móvel Alfa do 44º BPM; e ao Cb. PM Cleriston Tameirão Silva, analista criminal da 15ª RPM, pelas ações desenvolvidas na circunscrição da região, através da Operação Nordeste Mineiro Mais Seguro, demonstrando eficácia no cumprimento do plano estratégico e garantindo a segurança e a continuidade dos princípios operacionais da Polícia Militar de Minas Gerais nos 60 municípios que compõem a 15ª Região de Polícia Militar (Requerimento nº 2.676/2023, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Sr. Rufó Herrera, bandoneonista, compositor e concertista, por sua importante contribuição no cenário cultural mineiro (Requerimento nº 2.693/2023, da Comissão de Cultura);

de apoio ao Ministério Público Federal por apurar prática de homofobia praticada pelo líder religioso André Machado Valadão durante transmissão de um culto em sua igreja (Requerimento nº 2.711/2023, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Rede Leoas pelo empenho em promover o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres, por meio de ações que estimulam a capacitação profissional e incentivam o empreendedorismo feminino, reconhecendo assim a importância do papel da mulher no desenvolvimento social e econômico do País (Requerimento nº 2.721/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Luciana Landi Torres Portes pelo empenho na construção de políticas públicas voltadas para a defesa das mulheres, em especial na garantia de seus direitos durante a gestação e no pós-parto (Requerimento nº 2.726/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/7/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Luiz Fernando Silva, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

exonerando Mariane Nunes Barbedo, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Celio Lima Bicalho, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Fabricio Alexandre Alves, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2023, na pág. 10, onde se lê:

“Alex Aleixo Domingues Rodrigues”, leia-se:

“Aléxis Aleixo Domingues Rodrigues”.